

UMA ANTÍGONA BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE EUNICE PAIVA E DA SUA ATUAÇÃO EM DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA PARA ALÉM DA LEI

Mariana Rodrigues Festucci Ferreira¹

RESUMO

Este texto visa à construção da memória de Eunice Paiva dando-se ênfase a sua militância em favor da dignidade humana para além da lei. A ênfase da pesquisa é inspirada no mito de Antígona (Sófocles) onde a heroína é impedida de enterrar o irmão Polinices por determinação do rei Creonte. Eunice teve o marido extraído de seu convívio por agentes da ditadura civil militar no ano de 1971; tendo tido indicações de que ele havia sido assassinado, reivindicou o reconhecimento de sua morte e a revelação de onde o corpo estaria enterrado para que lhe pudesse prestar as honrarias fúnebres. Indo para além da dimensão pessoal da tragédia, Eunice passou a militar pelos direitos civis dos desaparecidos e familiares de todo o Brasil, e como advogada atuou contra a violência e expropriação indevidas de terras sofridas pela população indígena.

PALAVRAS CHAVE: Eunice Paiva. Antígona. Ética. Lacan. Ditadura.

1 Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Clínica (bolsista CNPQ) pela USP; especializanda em Gestão da Educação Pública pela UNIFESP. Mestre em Psicologia Social (bolsista CAPES) e especialização em Psicanálise e Linguagem pela PUC-SP. Endereço para correspondência: Rua Siqueira Campos, 826, 5 andar, apartamento 53, Centro, 09020-240, Santo André, SP. marianafestucci@usp.br

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados parciais de uma pesquisa em andamento no programa de pós-graduação em Psicologia Clínica, núcleo de Psicanálise e Sociedade, da USP, e que visa à construção da memória de Eunice Paiva dando-se ênfase a sua militância em favor da dignidade humana para além do que fora determinado pelas leis constitucionais do Estado nacional brasileiro no período histórico que compreende da ditadura civil militar à redemocratização (de 1964 aos dias atuais).

A ênfase da pesquisa é inspirada no mito de Antígona, cuja versão mais conhecida foi escrita por Sófocles, onde a heroína é impedida de enterrar o irmão Polinices por determinação do rei Creonte. Mesmo sabendo que sobre ela incidiria a pena capital, Antígona levou a cabo o desejo de prestar as honras fúnebres ao irmão e com isso acabou sendo trancada viva em uma caverna. Para Antígona não restara alternativa diante da determinação da lei uma vez que deixar o corpo do irmão a céu aberto seria negar-lhe a irmandade que estava para além dos laços sanguíneos – determinada pela dignidade humana. Não enterrar o irmão era negar a humanidade dele e, por conseguinte a sua própria; por isso é que com o seu ato para além da lei Antígona sustentou o que lei deixara descoberto.

Eunice Paiva teve o marido (deputado Rubens Paiva) extraído de seu convívio por agentes da ditadura civil militar no ano de 1971; na mesma ocasião ela foi presa e interrogada, tendo permanecido por 12 dias com uma de suas filhas menores (Eliana, de 15 anos) nas dependências do DOI-Codi do Rio de Janeiro. Após a libertação, Eunice passou a exigir a verdade sobre o paradeiro do marido, e tendo tido indicações de que ele havia sido assassinado, reivindicou o reconhecimento de sua morte (a declaração oficial do óbito só foi emitida 25 anos depois) e a revelação de onde o corpo estaria enterrado (o que jamais descobriu) para que lhe pudesse prestar as honrarias fúnebres. Eunice, entretanto, foi para além da dimensão pessoal da tragédia e passou a militar pela verdade e direitos civis dos desaparecidos e de seus familiares de todo o Brasil, tomando parte em comissões civis. Formou-se advogada e atuou profissionalmente contra a violência e expropriação indevidas de terras sofridas pela população indígena, participando, junto com antropólogos e outros especialistas, das organizações Mata Virgem, Fundação Pró-Índio e IAMÁ. Eunice Paiva com sua militância e crítica ao regime ditatorial arriscou a própria vida, pois

Uma Antígona brasileira: a construção da memória de Eunice Paiva e da sua atuação em defesa da dignidade humana para além da lei.

conforme mostrou documentos do SNI (Serviço Nacional de Inteligência) atualmente sob a guarda do Ministério da Justiça e que vieram à público em 2013, tanto ela quanto seus filhos foram vigiados por agentes militares de 1971 até 1984. Ocorre que para Eunice, mesmo sob risco capital, não restara outra alternativa senão desafiar a lei vigente, justamente porque, no rastro de Antígona, ela desejou honrar o que a lei deixara descoberto – a dignidade humana.

Invocamos nesta pesquisa a o mito de Antígona justamente para dar a dimensão da postura ética sustentada por Eunice Paiva. Para a sociedade civil a lei institui uma fronteira última, um limite que não deve ser transposto. Antígona através de seu ato foi, de acordo com a crítica tecida pelo psicanalista Jacques Lacan (2008), para além da finda-linha. Da mesma forma foi Eunice Paiva.

O ato de trazer a dimensão do mito para a pesquisa foi inspirado na estratégia de “re-imaginação” do conhecimento proposta por Donna Wilshire, teórica feminista. Wilshire (1997, p.101) pontua que a teoria do conhecimento ocidental utiliza-se de uma epistemologia excessivamente objetivista, cartesiana e factual, o que acaba por negligenciar importantes elementos, tais como “a cognição desinteressada, intuição, inspiração, percepção sensual ou qualquer outro” que poderiam compor uma teoria mais completa e sensível a todas as formas da cognição humana. Para Wilshire (1997) uma teoria que não leva em conta a maior variedade possível de elementos na sua composição é uma teoria excludente. Dentre os elementos de maior destaque para a *re-imaginação* do conhecimento Wilshire (1997) coloca a dimensão do mito como aquilo que une ao invés de segregar, pois inclui coisas e/ou situações que todos os seres humanos comungam ao invés de enfatizar aquilo que os individualizam.

Uma parte do conhecimento que se revela quando um Mito é corretamente interpretado, é que, para os seus narradores, o significado da vida era constituído por integridade, interconexão e por experiência cíclica no tempo – não por dualismos e linearidade. Dos Mitos do passado distante nos chegam exemplos de atitudes humanas em relação à terra, à natureza, ao tempo, às mulheres e seus corpos (todos interligados), que correspondem às atitudes que muitas feministas e ecologistas, como eu mesma, lutam por criar agora para o presente e para o futuro (Wilshire, 1997, p. 108).

Trazemos, portanto, a dimensão do mito de Antígona para ampliar o alcance da nossa construção da memória de Eunice Paiva para além da figura de *viúva da ditadura*. É marcante que nos círculos acadêmicos Eunice frequentemente não seja lembrada pelo nome próprio, mas somente em referência ao marido assassinado. Queremos situar à relevância desta personagem histórica que lutou pela dignidade

humana e que se posicionou para além da tragédia pessoal. Tal construção de memória ganha ainda mais enlevo em função do estado de saúde em que Eunice, atualmente com oitenta e seis anos, se encontra acometida pelo estágio III do Alzheimer. Segundo o relato do seu filho Marcelo Rubens Paiva em seu mais recente livro – *Ainda estou aqui, 2015* – Eunice, mesmo com a vida restringida não se permite ser identificada ou ignorada em função da doença:

Jamais sentiria pena de si mesma. Nem queria que sentíssemos pena dela. Jamais pediu ajuda. Recentemente, uma nova fala cheia de significados entrou no seu repertório, especialmente quando um turbilhão de emoções a ataca, como rever uma filha que mora na Europa ou segurar no colo o meu filho, o que mostra uma felicidade e um alerta, caso alguém não tenha reparado: Eu ainda estou aqui. Ainda estou aqui. (Paiva, 2015, p. 262).

Sabemos que Eunice Paiva ainda está aqui. E desejamos trabalhar na construção de sua memória o mais breve possível para que ela tenha condições mínimas de desfrutar o seu lugar de reconhecimento, sem nos esquecermos, é claro, da necessidade de se realizar uma *justiça histórica*.

Tendo colocado tais pontos, esclarecemos ainda que esta pesquisa se utiliza primordialmente da metodologia qualitativa denominada como história oral, “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximar o objeto de estudo” (Alberti, 2004, p.18). Apresentar-se-á aqui trechos de depoimentos fornecidos pelas antropólogas Carmen Junqueira e Betty Mindlin, que atuaram junto a Eunice na causa indígena, e do cineasta Joatan Vilela Berbel, que filmou o curta “Eunice, Clarice e Thereza”, sobre a luta das mulheres de desaparecidos, em 1979. Além disso, recorrer-se-á a livros e também a fontes documentais, tais como jornais, revistas e documentos oficiais. Organizaremos nossa “memória em construção” em três eixos:

- Para além da tragédia = em que discorreremos sobre a vida de Eunice Paiva antes e depois do acontecimento traumático de 1971 (prisão e assassinato do marido e a sua própria prisão).
- Em defesa da dignidade humana para além da lei = onde trataremos sobre a luta de Eunice pela verdade e dignidade dos desaparecidos da ditadura e sobre a sua atuação junto à causa indígena, com a participação nas organizações Mata Virgem, Fundação Pró-Índio e IAMÁ, além da escritura do livro “O Estado contra o índio” em conjunto com a antropóloga Carmen Junqueira.
- Fragmentos de depoimentos = onde citaremos fragmentos de entrevistas e depoimentos sobre Eunice Paiva.

Uma Antígona brasileira: a construção da memória de Eunice Paiva e da sua atuação em defesa da dignidade humana para além da lei.

PARA ALÉM DA TRAGÉDIA

Antígona não foi submissa. Sua ousadia já tinha sido posta à prova mesmo antes da tragédia envolvendo o irmão Polinices. Quando Édipo foi proscrito de Tebas por ter assassinado o pai e desposado a própria mãe sem saber, foi Antígona que, contrariando as recomendações dos irmãos, acompanhou o pai no exílio (Édipo, dilacerado pela decepção, arrancara os próprios olhos, e não teria sobrevivido sozinho). Antígona se pôs ao lado do pai mesmo sabendo que ele seria considerado indesejado e maldito onde quer que passasse, o que significava que eles não teriam pouso em nenhuma terra, ficando condenados a uma jornada sem fim. No retorno a Tebas após a morte do pai, Antígona se deparou com a briga entre os seus irmãos Etéocles e Polinices pelo trono. Com a morte de Polinices e diante da proibição ditada por Creonte de enterrá-lo, Antígona desobedece e é condenada a ser murada viva em uma caverna. Depois de tê-la trancado viva o rei Creonte se arrepende da decisão e ordena que Antígona seja retirada da caverna, mas os soldados encontram-na morta. Antígona, que não acolhera a determinação arbitrária, havia se enforcado antes de sucumbir.

Eunice não foi submissa. Maria Lucrecia Eunice Facciolla Paiva, nascida em 1929, que desde a época do colégio era chamada de “italianinha”, apelido que lhe deixava furiosa, passou a assinar somente “Eunice Paiva” assim que foi atingida pela tragédia ocorrida em 1971, numa tentativa de escapar tanto do apelido quanto da alcunha de “mulher de desaparecido” ofertada pelos jornais. Quando criança Eunice levava reguadas dos educadores como uma tentativa forçada de fazê-la escrever com a mão direita. Canhota determinada, Eunice não recuou. Estudou exaustivamente e se tornou a melhor aluna de sua turma no tradicional Colégio Sion de São Paulo. Por conta de seus conhecimentos, a amiga Maria Lúcia Paiva pediu que Eunice lhe desse algumas explicações antes de uma prova, e foi na casa desta amiga que Eunice conheceu Rubens, o futuro marido. Os dois começaram a namorar em 1947. Ambos, contando com dezessete anos, prestaram o vestibular. Eunice foi aprovada em primeiro lugar na Universidade Mackenzie para o curso de Letras mesmo tendo sido proibida pelo pai de prosseguir com os estudos após o colégio. Rubens foi reprovado e passou dois anos em viagens pelo mundo antes de ingressar no curso de engenharia civil. Enquanto isso Eunice concluiu a graduação e embora não tenha exercido a profissão era reconhecida por falar fluentemente inglês e francês, pelo domínio da norma culta da língua portuguesa (tanto que atuou, anos depois, na

36 *Psicanálise & Barroco em revista* | v.15, n. 02 | dezembro de 2017

revisão dos primeiros artigos e livros do filho Marcelo Rubens Paiva) e por seu vasto repertório literário. Assim conta o seu filho Marcelo:

Quando eu nasci [1959], ela já tinha lido de tudo. Os russos Dostoiévski e Tolstói, os franceses Balzac, Flaubert, Victor Hugo e Proust no original e, do inglês, de Hemingway a Fitzgerald, passando por Henry Miller, além de toda a literatura brasileira. Era amiga de escritores como Lygia Fagundes Telles, Antônio Callado, Millôr, Haroldo de Campos – colega de classe de meu pai – , além de editores e livreiros. Era fã de Érico Veríssimo. Dizia que, a cada lançamento dele, ficava nas filas das livrarias, como os fãs de Harry Potter ou de iPhone. Nas salas das casas em que morei, não tinha tv, mas livros, do chão ao teto (Paiva, 2015, p.47).

Eunice se casa com Rubens Paiva em 30 de maio de 1952 e quando o marido lhe propõe, dez anos depois, que todas as economias da família sejam empenhadas na sua campanha para deputado federal, Eunice já era mãe de cinco filhos: Vera, Ana Lúcia, Eliana, Marcelo e Beatriz. Eunice se preocupava com o fato do casal ainda não possuir casa própria, mas não se interpôs ao sonho do marido que se concretizou com a sua eleição em outubro de 1962.

Em 1964, dois dias após a deflagração do golpe militar, Rubens Paiva, que se encontrava em Brasília, gravou um discurso transmitido pela Rádio Nacional onde criticava os acontecimentos recentes. Em São Paulo Eunice, ouvindo boatos sobre prisões e preocupada com o destino do marido, chama a sua mãe Olga para cuidar dos filhos e vai para o aeroporto ao encontro de um destino de onde todos queriam fugir.

Lá, uma confusão. Voos eram cancelados. O aeroporto estava cercado. Gente querendo embarcar às pressas. Ela conseguiu uma passagem para o dia seguinte. Dormiu com centenas de passageiros amedrontados numa ala sem luz. Dormiu vendo as sombras de militares nas paredes. Embarcou sem comer num dos poucos voos comerciais que partiram para Brasília (Paiva, 2015, p. 98).

Em 10 de abril de 1964 Rubens Paiva tem os direitos políticos cassados; ele tenta sair de Brasília, mas o avião em que está é interceptado, então Rubens foge a pé do aeroporto e se exila na Embaixada de Iugoslávia, onde permanece recluso por três meses. Neste período Eunice retorna a São Paulo e embarca com todos os filhos para Brasília, se instalando no “apartamento funcional de deputado” do seu marido deposto. Eunice visita a embaixada diariamente levando suprimentos e os filhos para conviver com o pai. Em junho de 1964 Rubens Paiva parte para o exílio onde permanece por cinco meses, retornando clandestinamente ao Brasil em novembro.

Uma Antígona brasileira: a construção da memória de Eunice Paiva e da sua atuação em defesa da dignidade humana para além da lei.

Entre o final de 1964 e início de 1971 a família Paiva vive um constante clima de instabilidade. Amigos recomendam que o casal deixe o país, mas Rubens se recusa a fazê-lo. Ele decide se mudar com a família para o Rio de Janeiro e lá trabalha como diretor de uma empresa de engenharia. Embora tivesse comprado um terreno, ainda não havia construído a casa própria, o que significa que, tendo sido capturado em 20 de janeiro de 1971 por agentes da ditadura, Rubens deixou a família sem moradia. Isso porque com os bens financeiros congelados pelo “desaparecimento” do marido Eunice não pôde realizar movimentações financeiras, ficando sem dinheiro algum.

Por anos, ela [Eunice] não o perdoou [Rubens] por colocar a família em risco, numa luta desigual, desorganizada, praticamente e perdida. Para muitos meu pai foi um herói que não fugiu à luta. Para ela, deveria, sim, ter seguido para o exílio, quando soube que a família poderia passar pelo que passou. Mas lutou por ele a vida toda. Lutou para descobrir a verdade, para denunciar a tortura, os torturadores (Paiva, 2015, p. 259).

Esclarecemos que o ex-deputado Rubens Paiva foi preso por agentes do DOI-Codi em sua casa em 20 de janeiro de 1971. No dia 16 de janeiro do mesmo ano o embaixador suíço Giovanni Bucher havia sido libertado de um sequestro em troca de setenta presos políticos que se encontravam exilados em Santiago do Chile, na época sob o governo de caráter socialista de Salvador Allende. Ao desembarcarem no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, os ex-exilados foram ostensivamente revistados e interrogados. Em posse de Cecília Viveiros de Castro foi encontrado um monte de cartas endereçadas a combatentes do regime militar no Brasil – nele havia o número de telefone de Rubens Paiva anotado como referência. A partir daí deu-se a prisão de Rubens. No dia que em que fora levado, sua casa e família ficaram sob a vigilância de agentes de ditadura. No dia seguinte Eunice foi informada de que a casa seria liberada da vigilância, mas que ela e a filha Eliana seriam levadas para interrogatório.

No DOI-Codi, Eunice e Eliana foram conduzidas para uma sala, revistadas detalhadamente e despojadas de seus pertences. Em seguida fotografadas e identificadas. Encapuzadas novamente, foram sentadas em um banco, próximas uma da outra, mas sem saber que estavam juntas, pois não viam nada e não podiam falar. Ouviam burburinho de vozes masculinas e gritos. Assim permaneceram até o fim do dia, em silêncio, respirando com dificuldade sob o capuz no calor de quase 40º, sem bem beber nem comer nada (Tércio, 2013, p.200).

Eliana foi liberada na manhã do dia seguinte. Já Eunice permaneceu nas dependências do DOI-Codi por doze dias sem nenhuma visita e sem contato com o marido, do qual apenas foi mostrada uma foto durante os interrogatórios:

Na sala havia pau de arara, fios desencapados ligados em uma tomada, sangue no chão. Queriam saber se ela era comunista, se Rubens era comunista, quem eram os amigos dele. Mas queriam saber principalmente sobre as cartas do Chile, com quem Rubens se correspondia (...). Eunice não sabia nada sobre as cartas. Eles não acreditavam (Tércio, 2013, p. 212).

Quando Eunice foi liberada havia perdido vinte quilos. Os filhos observavam que ela estava triste, mas Eunice não chorava na frente deles.

Eunice disse, em rápida entrevista, que quer apenas ter seu marido de volta. E explicou que tem cinco filhos, que frequentemente perguntam pelo pai. (...). Eunice explicou: "Fui solta mas, evidentemente, falta uma peça na família. Há uma angústia profunda em Marcelo e Beatriz, os filhos mais novos" (O Estado de São Paulo, 4/2/1971).

Eunice tentou prosseguir com a rotina de forma tão normal quanto possível. Ao mesmo tempo em que cobrava das autoridades o paradeiro do marido (chegando mesmo a encaminhar uma carta para o presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, em 22/3/1971) tentava cuidar da casa e criar os filhos, ainda que sem recursos. Por fim decide retornar para São Paulo e se iniciar em uma profissão:

Aos quarenta e dois anos, prestou outro vestibular. Estudou sozinha, viúva, triste. Em Santos, para onde nos mudamos. Estudou e entrou em primeiro lugar na faculdade de direito e se transferiu para a Mackenzie. Uma prima conta que minha mãe estudava o tempo todo, que nós corríamos pela casa, e ela estudava, estudava (Paiva, 2015, p. 47).

Quando se mudou para São Paulo em 1974, Eunice Paiva não tinha dinheiro algum, mas possuía obras de arte de valor, entretanto se recusou a vendê-las. Mesmo diante de inúmeras dificuldades, não abriu mão de seus quadros, mobília de alto padrão e tapeçarias. Em compensação, costurava os próprios vestidos e fabricava em casa o destilado que iria servir para as visitas. Tendo se bacharelado em Direito passou a atuar nos processos de divórcio e inventários de amigos, o que fez com que as dificuldades financeiras fossem parcialmente superadas. Mesmo diante de inúmeras dificuldades, Eunice nunca quis passar para a sociedade a impressão de que a ditadura militar havia vencido sobre a sua família. Recusava a nomenclatura de "família vítima da ditadura", tanto que posando para a primeira imagem da família após o evento trágico de 1971, capturada por um fotógrafo para a capa de uma revista semanal, Eunice orientou que os filhos sorrissem.

Figura 1²



Fonte: Revista Época – 18/8/2015.

EM DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA PARA ALÉM DA LEI

A “lei dos homens” (Diké, em grego) determinada pelo rei Creonte era clara: quem honrasse um traidor de Tebas seria considerado tão traidor quanto, e estaria, portanto, suscetível à punição com a morte. Antígona desobedece a Diké ao enterrar seu irmão Polinices porque fora fiel à Thémis (lei divina) que definia que os mortos precisavam ser honrados; se Antígona não se submeteu à Diké foi porque esta última ferira Thémis.

O mito de Antígona traz à tona um dilema factual presente em diversos momentos da História da humanidade onde um poder arbitrário e desmedido, ainda que revestido de legalidade, atacou aquilo que era anterior e estava para além dele – a humanidade. Basta que nos lembremos de um só exemplo: o genocídio judeu foi “legal”, mas se Eichmann tivesse sido insurgente como Antígona, ele não teria sido julgado no tribunal de Jerusalém. A banalidade do mal está em praticá-lo não pela maldade em si mas por excesso de obediência e sem crítica, assim o dizia Hannah Arendt.

² Figura 1 Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/08/filhos-de-rubens-paiva-falam-sobre-o-dia-em-que-o-pai-nao-voltou.html>. Acesso em: 23/11/2015.

A Diké do século XX ditou muitas coisas à Eunice Paiva: que o seu marido não havia sido preso (mesmo que Rubens tenha conduzido o próprio carro até o pátio do DOI-Codi e que houvesse um recibo em posse da família Paiva de retirada do veículo); que Rubens havia sido retido para interrogatório e não se poderia ter contato com ele, mas que o mesmo seria liberado em dez dias; por fim, que Rubens havia fugido graças a um assalto forjado por comunas durante uma diligência, ou seja, que Rubens não seria mais responsabilidade do Estado brasileiro uma vez que tinha fugido da lei e provavelmente se encontrava exilado em outro país).

Os meses foram passando desde a prisão de Rubens Paiva em 20 de janeiro de 1971; Eunice lutou contra cada determinação que lhe era imposta apelou ao Ministério Público, a Comissão dos Direitos Humanos, ao Exército e ao presidente da República.

A princípio Eunice tinha esperanças de encontrar o marido vivo, depois foi se apropriando do seu estado “ilegal” de viuvez. E novas batalhas se sucederam: pela reabertura do caso que fora arquivado, pela emissão do atestado de óbito, pela investigação e responsabilização dos mandantes do assassinato, e por encontrar os restos mortais. Eunice acabou tomando parte em grupos civis que cobravam os direitos dos desaparecidos e de seus familiares. Eunice transformou a luta por Rubens na luta por todos os brasileiros.

Figura 2. Foto de um trecho do jornal Folha de São Paulo, caderno Política, 3/05/1985.³

CDDPH não planeja rever passado

Da Sucursal de Brasília

Em dezembro de 1979, **Eunice Paiva**, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, que desapareceu oito anos antes depois de preso pelo regime militar, criticou a decisão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) de não apurar os crimes cometidos durante os anos de repressão política afirmando: "O esquecimento proposto pelo Ministério da Justiça e aceito pela maioria submissa do CDDPH nada mais é do que a condescendência criminoso, proposta por motivos óbvios que um dia também serão apurados".

Sua crítica foi partilhada pelos presos políticos recém-anistiados que acreditavam que a apuração e a responsabilização dos autores dos crimes cometidos nos anos de ditadura militar seria inevitável com a democratização do País.

No entanto, a "Nova República", apesar de prometer redemocratizar o País, não pretende revolver o passado.



Lyra comanda reativação do Conselho

Fonte: Folha Acervo.

Eunice Paiva foi aos jornais, revistas, televisão, reuniões em escolas etc. Não recuou mesmo sabendo que o país estava sob a censura militar e que ela corria risco de morte. O risco não era apenas "hipótese", pois como comprovam documentos que vieram a público em 2013, Eunice foi constantemente monitorada desde 1971 até o período das Diretas-já (1984)

³ Figura 2: Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23/11/2015.

Figura 3. Foto de um dos relatórios do SNI (Serviço Nacional de Informações), 1979.⁴

001839 79

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
Agência Central
INFORMAÇÃO N.º 0183 /116/12/79

DATA : 12 de Junho de 1979

ASSUNTO : PALESTRA DE EUNICE PAIVA NO ANUÁRIO DO CIADH

ORIGEM :

REFERÊNCIA:

DE. ANTERIOR:

DIFUSÃO : AC/UNI

ANEXO :

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
010616 14 JUN 79
PROTOCOLO

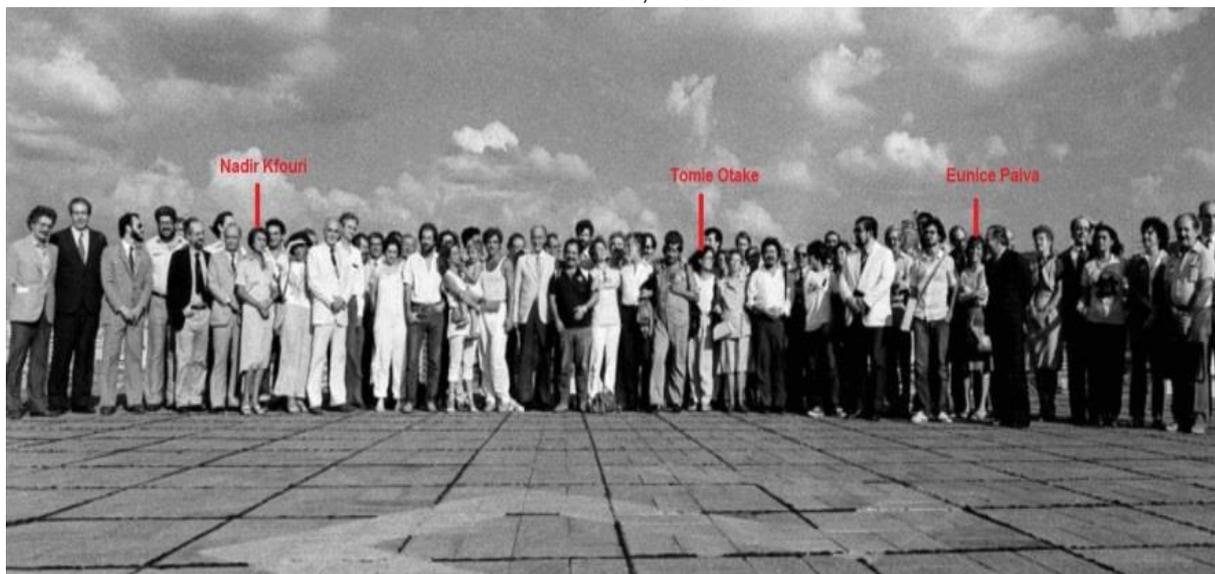
1. EUNICE PAIVA, esposa do ex-deputado federal pelo PTB, RUDINEI PAIVA, desaparecido em 1971, proferiu palestra em LONDRINA/PR, no dia 13 MAI 79, por ocasião do 18º aniversário do Comitê Brasileiro Pela Anistia e Direitos Humanos (CIADH). À qual compareceram aproximadamente 150 (cento e cinquenta) pessoas, entre as quais vários elementos pertencentes ao Movimento Estudantil de LONDRINA/PR.
2. O evento, realizado na Secretaria de Educação e Cultura do Município, foi promovido pelo CIADH e contou com o apoio da Cooperativa dos Jornalistas do Paraná (COOP-JORNAL), Associação dos Docentes do Hospital Universitário, Associação dos Professores Licenciados do Paraná - APLP - (núcleo de Londrina), Diretório Central de Estudantes de Londrina - DCE/LONDRINA e Diretoria

Fonte: Acervo do jornal O globo

Durante o período da ditadura civil militar Eunice Paiva não teve sucesso em suas lutas pelos direitos humanos dos desaparecidos. Eunice sabia que o país passava por uma crise estrutural, portanto julgou pertinente atuar na organização do movimento “Diretas-Já”, pela redemocratização do país, a partir de 1984. Também foi Eunice Paiva uma das primeiras a criticar a “Lei da Anistia”, que ao mesmo tempo em que permitiu o retorno de exilados políticos no país perdoou os agentes de tortura.

⁴ Figura 3: Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em 22/11/2015.

Figura 4. Foto tirada no heliporto da Folha de SP às vésperas da votação da lei “Dante de Oliveira”; caderno Política, 27/09/84.⁵



Fonte: Folha Acervo.

Mesmo depois da realização das primeiras eleições diretas para presidente após 21 anos ditadura Eunice ainda encontrou entraves. Fernando Henrique Cardoso, presidente que tomou posse em 1994, desconversou quando a Anistia Internacional lhe cobrou uma postura sobre os desaparecidos políticos. Eunice, indignada com a inconsistência do presidente, que havia sido amigo pessoal de seu marido, e que durante a década de 80 havia participado com ela nos movimentos em prol dos direitos humanos, vasculhou em seus arquivos e encontrou um texto escrito por ele na Folha de São Paulo onde cobrava do governo Sarney uma providência quanto aos desaparecidos políticos. Eunice encaminhou cópia deste texto ao filho Marcelo Rubens Paiva, que já era reconhecido como escritor de renome, e este conseguiu o espaço de duas páginas na revista *Veja* para escrever sobre o assunto, que ganhou intensa repercussão:

A repercussão, imensa. Mas a resposta foi digna. Com José Gregori, outro amigo do meu pai, ministro da Justiça, redigiram a Lei 9140. Quando ela foi promulgada, chamaram minha mãe para a cerimônia no Palácio do Planalto. Ela ficou sentada ao lado do presidente, diante de ministros militares. Ao final, todos se levantaram, abraçaram-se. Fotos. No dia seguinte, vejo na capa dos jornais minha mãe abraçada ao chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, do Exército brasileiro. É uma das fotos mais importantes do longo e infundável processo de redemocratização brasileira. Tempos de reconhecimento. Um lado sai da trincheira e cumprimenta o outro (Paiva, 2015, pp. 40-41).

⁵ Figura 4: Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23/11/2015.

Em 1996 Fernando Henrique Cardoso convidou Eunice Paiva para compor a Comissão de Mortos e Desaparecidos, que analisaria os casos das vítimas da ditadura e concederia indenizações aos seus familiares. Eunice recusou a indenização que lhe fora concedida, no valor de cem mil reais, por entender que não equivaleria ao patrimônio que o marido lhe teria proporcionado se estivesse vivo, e por afirmar que a vida de Rubens não tinha preço. Eunice atuou na Comissão por alguns meses mas acabou pedindo afastamento, sob a alegação de que tal situação a mobilizava muito emocionalmente. Curiosamente, foi também no ano de 1996 que finalmente foi expedido o atestado de óbito de Rubens Paiva e que Eunice pode, enfim, executar o seu inventário. Mas os restos mortais do marido ainda não foram encontrados.

Em sua atuação como advogada Eunice Paiva foi ganhando cada vez mais notoriedade por conta da sua seriedade e comprometimento; ao mesmo tempo em que atuava em pequenas causas era consultada pelo governo federal, pelo Banco Mundial e pela ONU (Organização das Nações Unidas). Acabou se tornando a advogada no Brasil do cantor Sting, que se envolveu com a causa indígena durante os anos 80 e doava o cachê de seus shows para a preservação da comunidade caiapó. Através de Sting Eunice começou a se dedicar mais a causa indígena que já vinha lhe chamando a atenção há algum tempo.

Segundo a investigação que a Comissão Nacional da Verdade realizou entre 2013 e 2014 cerca de 8.350 indígenas foram mortos em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão durante os anos da ditadura civil militar. Considera-se que o número real de indígenas mortos seja exponencialmente maior que o oficial em função de uma parcela muito restrita das populações indígenas ter sido estudada, e de populações terem sido extintas antes que pudessem ser documentadas (Memorial da resistência de São Paulo, 2015).

Ocorre que o indígena tem a sua existência veiculada a terra. A terra constitui o bem mais precioso para o índio. Mas grande parte das reservas indígenas se tornaram preciosas para o Estado durante a ditadura por outro motivo: serem ricas em minérios valiosos. Os militares precisavam cobrir os gastos dispendiosos na manutenção da estrutura de poder e o rombo causado pela adoção das estratégias econômicas irresponsáveis (milagre brasileiro) de alguma forma, e viram nos minérios das reservas indígenas uma fonte. Por determinação legal tais minérios não podiam ser explorados, mas como o povo brasileiro de um modo geral não conhecia a lei, o

Uma Antígona brasileira: a construção da memória de Eunice Paiva e da sua atuação em defesa da dignidade humana para além da lei.

Estado as foi manipulando a seu favor, praticando incontáveis ações violentas contra a população indígena.

Eunice Paiva se apaixonou pela causa indígena. Passou a se envolver e representar populações indígenas que tinham suas terras indevidamente demarcadas ou expropriadas, mesmo não tendo retorno financeiro por sua atuação profissional. Dialogava com o governo para que ganhasse espaço para a causa ao mesmo tempo em que criticava as políticas indigenistas quando era necessário. Participou das organizações civis Mata Virgem, Fundação Pró-Índio, Fundação Gilberto Gil e IAMÁ (Instituto de Antropologia e Meio Ambiente).

Em outubro de 1983, assinou com Manuela Carneiro da Cunha, na seção “Tendências e Debates” da Folha, o artigo “Defendam os pataxós”. Ambas trabalhavam na Comissão Pró-Índio de São Paulo, ONG fundada em 1978. O artigo foi um marco na luta indígena brasileira e serviu de modelo para outros povos indígenas, inclusive africanos, americanos e esquimós. (Paiva, 2015, p.203).

Indo além da sua atuação como advogada, Eunice Paiva participava de congressos acadêmicos, debates públicos, sessões de documentários, palestras, reportagens culturais, etc., sustentando a dignidade indígena para além da personalidade jurídica, conforme podemos observar nas reportagens abaixo.

Figura 5. Folha de São Paulo, caderno Política, 18/04/1984.⁶



Fonte: Folha Acervo.

Figura 6. Respeitar direitos – trecho de reportagem publicada na Folha de São Paulo, caderno Política, em 22/04/1984.⁷

Respeitar direitos

Referindo-se a um comentário do cineasta Marcelo Tassara sobre "a dificuldade de brancos em entender a cabeça do índio", a advogada Eunice Paiva abordou a questão da personalidade jurídica indígena com um exemplo oposto. "Depois de muitas especulações sobre capacidade e incapacidade, ainda mais se levarmos em conta um dispositivo da emenda constitucional apresentada no dia 16 deste mês pelo presidente Figueiredo — o parágrafo 3º do artigo 198, que diz reconhecer a capacidade relativa dos silvícolas, logo portanto contra a incapacidade absoluta pregada pelo projeto do novo Código Civil —, eu acho que as ladies devem estar pensando na dificuldade de se entender a cabeça de um branco".

E para reforçar esta afirmação, ela citou sua experiência num congresso de índios amazônicos ocorrido no Peru há 15 dias: "Lá estavam todos os representantes das tribos que habitam o que eles chamam de encosta amazônica e que abrange vários países. E aí surge um outro problema de infração de direitos humanos, que é ver uma comunidade dividida artificialmente por fronteiras: Tucumano peruano e brasileiro, Yanomami brasileiro e venezuelano, etc. Quer dizer, são fronteiras que eles não entendem, não dá razão para compreender a cabeça de branco." E tanto lá como aqui, segundo Eunice, a questão que se levava era uma só: "Por que é que o governo não respeita nossos direitos? Por que é que as leis que nos protegem não são obedecidas?".

Fonte: Folha Acervo.

6 Figura 5: Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23/11/2015.

7 Figura 6: Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23/11/2015.

Uma Antígona brasileira: a construção da memória de Eunice Paiva e da sua atuação em defesa da dignidade humana para além da lei.

Eunice Paiva representou o Brasil no Congresso Mundial das Populações Nativas em Estrasburgo no ano de 1984. Combateu a política indigenista até o final da ditadura e anos depois, já no período democrático, atuou para que a Companhia Vale do Rio Doce indenizasse os índios que tiveram suas terras expropriadas em função da construção de linhas de transporte e barragens.

As linhas de transmissão da Eletronorte passavam em terras indígenas. Lá ia ela intervir. O banco Mundial investia em projetos na Amazônia e exigia o respeito às terras indígenas. No Projeto Carajás, ela exigiu que três milhões de dólares fossem para treze comunidades indígenas afetadas. Em Rondônia, a mesma coisa, o Banco Mundial financiou a rodovia Cuiabá-Porto-Velho, que passava por terras indígenas, condicionando a proteção de aldeias. Minha mãe advogou por eles (Paiva, 2015, p. 209).

Segundo o relato do filho Marcelo Rubens Paiva Eunice viu semelhanças entre a estratégia do Estado que “desaparecia” com os seus inimigos políticos ao mesmo tempo em que “desaparecia” através de estratégias violentas paulatinamente aplicadas com os donos das terras preciosas, os índios. Uma análise superficial poderia concluir que Eunice tentava superar o desaparecimento não resolvido de seu marido pelo combate às desapropriações indevidas de terras indígenas, tentando vencer o Estado à qualquer custo. Na visão de Carmen Junqueira, antropóloga que atuou na organização Mata Virgem, não se trata disso. Segundo Junqueira (2015) Eunice se incomodava com a injustiça e impropriedade da lei onde quer que ocorresse. Em casos em que a lei era mal aplicada, levando a discriminações e injustiças sociais, lá estava Eunice para garantir que a lei fosse cumprida com rigor. E nos casos em que a lei precisava ser mudada por que em seu princípio agia arbitrariamente sobre a dignidade humana, lá estava Eunice para propor transformações.

Ainda de acordo com Junqueira (2015) foi Eunice quem primeiro teve a ideia para a escritura em conjunto do livro “O Estado contra o índio”, publicado em 1985. Nele Eunice e Carmen realizaram uma revisão sistemática da legislação indigenista brasileira desde a fundação da República, trataram sobre o índio brasileiro como pessoa titular e de direitos, criticaram a política indigenista e as violações dos direitos humanos, e também propuseram perspectivas de solução da questão indígena através: da revisão da lei indigenista, da crítica a tutela exercida pela FUNAI, da promoção entidades de apoio que conscientizasse a população do Brasil como um todo da situação crítica do índio, além de fornecerem recursos para as populações

indígenas sobreviverem e para se organizarem efetivamente contra as expropriações de terras.

O livro *O Estado contra o índio* foi outro marco para a causa indigenista ao apresentar de forma didática as implicações legais da expropriação de terras, permitindo que as pessoas pudessem tecer críticas à respeito das informações legais que eram difundidas pelo Estado segundo os seus interesses. Junqueira (2015) acentua que o livro foi escrito a quatro mãos mas que todo o trabalho de leitura de documentos estatais que abarcaram um período de mais de sessenta anos foi feito por Eunice.

FRAGMENTOS DE DEPOIMENTOS

Antônio Callado (escritor, amigo da família Paiva, sobre encontro com Eunice em 1971 na praia de Búzios):

Outra recordação que me ficou nítida liga-se a Búzios. Ali fui, num fim de semana de 1971 (...). Quando paramos, ao voltar, a uns cem metros da praia, vimos alguém, uma moça, que nadava firme em nossa direção. Minutos depois subia a bordo, cara alegre, molhada de mar, Eunice Paiva, mulher do deputado Rubens Paiva (...). Eunice andara preocupada. Rubens fora detido pela Aeronáutica dias antes e nenhuma notícia tinha chegado à família. Mas agora Eunice, que também fora presa mas em seguida libertada, podia respirar, podia nadar em Búzios, tomar um drinque com os amigos, pois acabara de estar com o ministro da Justiça, ou da Aeronáutica, que lhe havia garantido que Rubens já tinha sido interrogado, passava bem e dentro de uns dois dias estaria de volta a sua casa (...). A família Paiva nunca mais teve notícias oficiais de Rubens. Nunca se encontrou a cova onde o terço atirado após o assassinato. A cara de Eunice continuou molhada e salgada durante muito tempo, tal como aquela manhã de Búzios. A água é que já não era mais do mar (Folha de São Paulo, 12/08/1995).

Alberto Cardoso (General do Exército, sobre a solenidade de promulgação da Lei 9140 – sobre desaparecidos – em depoimento para o jornalista Emanuel Neri):

Eu a conheci ali, pouco antes da cerimônia. Me impressionou o equilíbrio e a simpatia daquela senhora [Eunice Paiva], que, logicamente muito machucada, não exibiu o menor rancor. No abraço, eu senti que ela estava emocionada. O meu abraço foi espontâneo, nada programado. Quando vi, me assustei, mas depois vi que naquela foto o mais importante não era eu estar ali, mas sim o simbolismo (In. Paiva, 2015, p. 41).

Marcelo Rubens Paiva (escritor, filho de Eunice Paiva):

Uma Antígona brasileira: a construção da memória de Eunice Paiva e da sua atuação em defesa da dignidade humana para além da lei.

Minha mãe me ensinou algo que não se ensinava nas escolas, em parte alguma: como tratar (bem) uma garota. (...). Ensinações sobre como tratar bem uma mulher nos anos 50 e 60: ter sempre um isqueiro à mão para acender os cigarros, oferecer bebida, andar na calçada do lado mais perto da rua, abrir portas, dar passagem, levantar-se da mesa para cumprimentar (...). Algumas regras são polêmicas. Num bar ou restaurante, você deve deixar a mulher entrar primeiro? Já li de profissionais de etiqueta que o homem deve entrar antes, para checar se o ambiente é suficientemente respeitoso. Ele entra, observa e, a seu critério, deixa a mulher entrar. Minha mãe me ensinou o contrário. Pensa bem, ela tem razão. Primeiro, deixe a mulher avaliar se o ambiente é “respeitoso”. O que é respeitoso para um homem vale para uma mulher? Ela deve ser protegida pelas convicções dele, para prosseguir o regime tutelar? Acabei seguindo a regra da minha mãe (Paiva, 2015, pp. 75-76).

Joatan Vilela Berbel (cineasta que produziu o curta *Eunice, Clarice e Thereza* em 1979):

Minhas lembranças de Eunice Paiva: 1. Mulher gentil, discreta, inteligente. 2. Caráter firme, persistente. 3. Emoção contida, nunca oculta. 4. Mulher! Um tipo humano em falta no ambiente sociocultural brasileiro (Em depoimento escrito concedido em setembro de 2015).

Betty Mindlin (antropóloga que atuou junto a Eunice Paiva na Mata Virgem e IAMÁ):

Minha família ligou-se a Eunice Paiva há muitas décadas. Creio que ela e Rubens eram inicialmente amigos de meu tio Henrique e minha tia Vera – todos moravam no Rio. Em 1971, quando Rubens desapareceu e nada se sabia sobre ele, tio Henrique ficou hospitalizado por cinco meses e acabou falecendo, com apenas 60 anos. Lembro muito de ver Eunice no hospital, todos compartilhávamos dores imensas (...). Em 1987, Mauro Leonel, Carmen Junqueira, Tarcísio Lage, Eunice, alguns antropólogos e eu fundamos o IAMÁ – Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, organização não governamental que atuou até 2001 e foi muito importante para a defesa dos direitos indígenas e para a criação de projetos de educação, saúde, autonomia econômica e política de muitos povos. Carmen, Eunice e eu deixamos o IAMÁ em 2001. Eunice, antes da criação do IAMÁ, fez parte dos consultores que fizeram a avaliação da situação indígena dos povos afetados pelo Programa Polonoroeste (1983-1987), avaliação coordenada por mim. Éramos contratados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Foi no quadro dessa avaliação que ela fez pareceres muito importantes para os índios, como o que analisa a exploração madeireira nas terras indígenas e sua condição ilegal, ou o parecer que foi fundamental para a demarcação da Terra Indígena Zoró em 1987. Antes disso ela e Carmen escreveram um livrinho precioso, *O Estado contra o índio*, São Paulo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985. (Em espanhol, JUNQUEIRA, Carmen Sylvia de Alvarenga; PAIVA, Eunice. *La legislación brasileña y las poblaciones indígenas en Brasil*. In: STAVENHAGEN, Rodolfo. *Derecho indígena y derechos humanos en América Latina*. México: Instituto Interamericano de Derechos Humanos/El Colegio de México, 1988.). Eunice foi fundamental para a defesa dos índios. Fez parte também do Conselho Deliberativo da Fundação Mata Virgem, ONG brasileira que recebia fundos da Rainforest Foundation, fundada e financiada por Sting com a renda de seus concertos - doou nos anos em que participei cerca de 1 milhão de dólares por ano. Eu fui do Conselho Consultivo da FMV de 1989 a 1992, e representante desta nas reuniões da Rainforest Foundation. Junto com os Presidentes da FMV, Olympio Serra e depois

Roberto Baruzzi, eu defendia as prioridades estabelecidas pela fundação brasileira, como o financiamento de demarcações, em especial os 11 milhões da terra Kayapó. Não foi uma tarefa fácil. Eunice, na FMV, era uma presença serena conduzindo ao diálogo entre militantes acalorados, com projetos e objetivos distintos, embora irmanados pela mesma causa. Eunice, Carmen, Mauro e eu, por vezes com meus pais e com meu compadre Adão Pinheiro, passamos inumeráveis fins-de-semana juntos em longas conversas, uma convivência deliciosa. Adão nunca chegou a dizer a ela, mas, como muitos outros que a conheceram, sempre a descrevia como mulher sedutora, com uma feminilidade atraente e original, mesmo em anos recentes (Em depoimento escrito concedido em setembro de 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme alertamos na apresentação deste texto, trata-se de um projeto de memória em construção, ou seja, ainda falta nos aprofundarmos em acontecimentos históricos, precisar datas, apurar fatos, colher mais depoimentos de quem de alguma forma esteve envolvido e/ou conheceu Eunice Paiva.

Neste texto trata-se, portanto, apenas de uma amostra da relevância de Eunice Paiva enquanto personagem histórica, da sua coragem em enfrentar a lei quando feria a dignidade humana, e de todos os desafios que enfrentou para reconstruir uma vida que não fosse definida exclusivamente em função da tragédia de ter perdido o marido de maneira tão brutal.

Esperamos, através do mito de Antígona, ter dado o tom do alcance da ousadia de Eunice, esta mulher que diante de situações aparentemente sem solução, soube ir além da finda-linha.

Quando a lei é violenta ser insurgente se torna uma necessidade. O poder do Estado não é mais soberano que a dignidade humana. E a história recente do Brasil provou o quanto pode ir além uma mulher com o senso de justiça de Antígona.

Disse Lacan (1995, p. 276): “O jogo já está jogado, os dados já foram lançados. Já foram lançados, com a seguinte ressalva, podemos retomá-los em mão, e lançá-los mais, ainda”.

Uma Antígona brasileira: a construção da memória de Eunice Paiva e da sua atuação em defesa da dignidade humana para além da lei.

REFERÊNCIAS

- ACERVO Folha de São Paulo. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em 23 de novembro de 2015.
- ACERVO O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br>. Acesso em 16 de novembro de 2015.
- ACERVO O Globo. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em 22 de novembro de 2015.
- ACERVO Revista Época. Disponível em: <http://epoca.globo.com>. Acesso em 23 de novembro de 2015.
- ALBERTI, V. (2004). Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV.
- BERBEL, J. V. (2015). Depoimento escrito concedido à aluna Mariana Rodrigues Festucci sobre Eunice Paiva.
- JUNQUEIRA, C. (2015). Entrevista concedida à aluna Mariana Rodrigues Festucci sobre a atuação de Eunice Paiva na causa indígena.
- LACAN, J. (1995) O seminário, livro II – O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2008). O seminário, livro VII – A ética da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO (2015). Aula sobre a Violação dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas na Ditadura Civil-Militar ministrada para o público em 24/09/2015.
- MINDLIN, B. (2015). Depoimento escrito concedido à aluna Mariana Rodrigues Festucci sobre a atuação de Eunice Paiva na causa indígena.
- PAIVA, E; JUNQUEIRA, C. (1985). O Estado contra o índio. São Paulo: PUC.
- PAIVA, M. R. (2015). Ainda estou aqui. Rio de Janeiro: Objetiva.
- SÓFOCLES. (2013). Antígona. Porto Alegre: LP&M. (Originalmente escrito em 442 a.C).
- TÉRCIO, J. (2013). Rubens Paiva – série perfis parlamentares. Brasília: Câmara dos deputados.
- WILSHIRE, D. (1997). Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, A. M; BORDO, S. R. Gênero, corpo, reconhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

A BRAZILIAN ANTIGONE: THE CONSTRUCTION OF MEMORY OF EUNICE PAIVA AND YOUR ACTING IN DEFENCE OF HUMAN DIGNITY BEYOND THE LAW.

ABSTRACT

This text aims at building the memory of Eunice Paiva giving emphasis to your activism in favour of human dignity beyond the law. The emphasis of the research is inspired by the myth of Antigone (Sophocles) where the heroine is prevented to bury her brother Polynices by determination of King Creon. Eunice had the husband extracted from your gathering by agents of the civil military dictatorship in the year 1971; having had indications that he had been killed, claimed the recognition of your death and the revelation of where the body would be buried so that I could pay the funeral honours. Going beyond the personal dimension of the tragedy, Eunice spent the civil rights of the missing military and relatives of all Brazil, and as a lawyer acted against violence and improper expropriation of land suffered by the indigenous population.

KEYWORDS: Eunice Paiva. Antigone. Ethics. Lacan. Dictatorship.

Uma Antígona brasileira: a construção da memória de Eunice Paiva e da sua atuação em defesa da dignidade humana para além da lei.

UNE ANTIGONE BRÉSILIENNE : LA CONSTRUCTION DE LA MÉMOIRE DE EUNICE PAIVA ET DE VOTRE ACTION DANS LA DÉFENSE DE LA DIGNITÉ HUMAINE AU-DELÀ DE LA LOI.

RÉSUMÉ :

Ce texte vise à renforcer la mémoire de Eunice P qui accorde une importance à votre activisme en faveur de la dignité humaine au-delà de la Loi. La priorité de la recherche est inspirée par le mythe d'Antigone (Sophocle) où l'héroïne est empêchée d'enterrer son frère Polynice par détermination du roi Créon. Eunice eu le mari extrait de votre rassemblement par des agents de la dictature militaire civile en 1971 ; ayant eu des indications qu'il avait été tué, a affirmé la reconnaissance de votre décès et la révélation d'où le corps serait enterré alors que je pouvais payer les honneurs funèbres. Au-delà de la dimension personnelle de la tragédie, Eunice a passé les droits civils des disparus militaires et membres de la famille de tout le Brésil et comme un avocat a agi contre la violence et la mauvaise expropriation des terres subies par la population autochtone.

MOTS CLÉS: Eunice Paiva. De Antigone. De déontologie. Lacan. Dictature.

Recebido em: 24-09-2017

Aprovado em: 14-12-2017

© 2017 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.psicanaliseebarroco.pro.br>

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php